

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
APRESENTAÇÃO .....	9
PREFÁCIO .....	11
NOTA DO AUTOR .....	15
INTRODUÇÃO .....	23
<b>CAPÍTULO 1</b>	
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, ACESSO À JUSTIÇA E A DEFENSORIA PÚBLICA.....	27
1.1 DEFENSORIA PÚBLICA.....	28
1.2 SIMILITUDE CONSTITUCIONAL ENTRE DEFENSORIA PÚBLICA E MINISTÉRIO PÚBLICO.....	34
1.3 PECULIARIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	45
<b>CAPÍTULO 2</b>	
OS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	49
2.1 DIREITOS DIFUSOS.....	52
2.2 DIREITOS COLETIVOS .....	54
2.3 DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	55
2.4 AÇÃO CIVIL PÚBLICA E LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	55
<b>CAPÍTULO 3</b>	
LEGITIMAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA ....	61
3.1 A LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA ANTES DA LEI 11.448/2007 .....	61
3.2 A LEI Nº 11.448, DE 15 DE JANEIRO DE 2007.....	65
3.3 AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI Nº 3.943 PROMOVIDA PELA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP .....	69
3.4 FUNDAMENTO JURÍDICO DA LEGITIMIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA .....	78
3.4.1 EM DEFESA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	78
3.4.2 EM DEFESA DOS DIREITOS COLETIVOS EM SENTIDO ESTRITO.....	80
3.4.3 EM DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS .....	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
<b>POSFÁCIO .....</b>	<b>107</b>